



Prefeitura de Manhuaçu- MG
Pedagogo - Educação

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipologia textual e gêneros textuais	3
Denotação e conotação. Sinonímia, antonímia e polissemia.....	21
Recursos verbais, não verbais e multissemióticos.....	23
Argumentação, opinião e informação. Estratégias argumentativas	25
Funções da linguagem	26
Figuras de linguagem	28
Coesão e coerência textuais	34
Noções de variação linguística.....	36
Conhecimentos gerais sobre a norma-padrão da língua e a gramática tradicional	37
Classes de palavras	39
Concordância verbal e nominal	51
Regência verbal e nominal	54
Uso do sinal indicativo de crase	56
Pontuação	58
Ortografia.....	62
Acentuação gráfica.....	64
Formação de palavras.....	66
Colocação pronominal.....	69
Questões	71
Gabarito.....	89

SUMÁRIO



MATEMÁTICA

Números: conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais, operações com frações, representação decimal, números decimais periódicos e não-periódicos	1
sistema de numeração	21
divisibilidade, fator de decomposição, Mínimo Múltiplo Comum - MMC e Máximo Divisor Comum - MDC.....	22
Matemática comercial: razões, proporções, regra de três simples e composta. Porcentagem, juros simples e juros composto. Desconto	29
Estatística: conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana).....	39
Sequências: progressões aritméticas e geométricas	51
Cálculo Algébrico: equações do 1º grau. Raízes de uma equação algébrica	56
Geometria plana: áreas e perímetros de triângulos, quadriláteros e circunferências	59
Funções: Conceitos de função: funções reais de uma variável, gráfico, domínio e imagem. Funções polinomiais e Funções exponenciais	60
Probabilidade: probabilidade de um evento	75
Questões	78
Gabarito.....	89

RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas, argumentação e associação lógica	1
Verdades e mentiras: resolução de problemas	10
Diagramas lógicos.....	13
Sequências lógicas.....	17
Casa de pombos	19
Orientação espacial e temporal.....	20
Questões	22
Gabarito.....	29

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO

Base Nacional Comum Curricular – Introdução e Estrutura da BNCC	1
Currículo Referência de Minas Gerais – Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	1
Constituição Federal da República Federativa do Brasil – Título VIII, Cap. III, Seção I: Da Educação.....	1
Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 – Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica.....	7
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.....	12
Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica	12
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	12
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	81
Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 – Inclusão no currículo da temática História e Cultura Afro-Brasileira	112
Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – Inclusão no currículo da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	113
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação	114
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	137
Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	170
Questões	194
Gabarito.....	204

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos básicos sobre o ordenamento jurídico brasileiro.....	1
Atualidades sobre o Estado de Minas Gerais e sobre o Brasil	2
Conhecimentos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais sobre o Brasil, o Estado de Minas Gerais e o Município de Manhuaçu.....	64
Questões	162
Gabarito.....	166

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Avaliação na Educação Básica	1
Base Nacional Comum Curricular	2
Fundamentos didático-metodológicos.....	57
Fundamentos da educação (sociológicos, filosóficos, psicológicos e históricos)	60
Gestão democrática da educação.....	69
Inclusão, diversidade e relações étnico-raciais na escola.....	70
Legislação municipal e nacional da Educação Básica	71
Políticas públicas para a Educação Básica.....	81
Planejamento e avaliação da aprendizagem	92
Práticas promotoras de igualdade racial	106
Tecnologias Digitais na Educação Básica	113
Questões	116
Gabarito.....	121

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

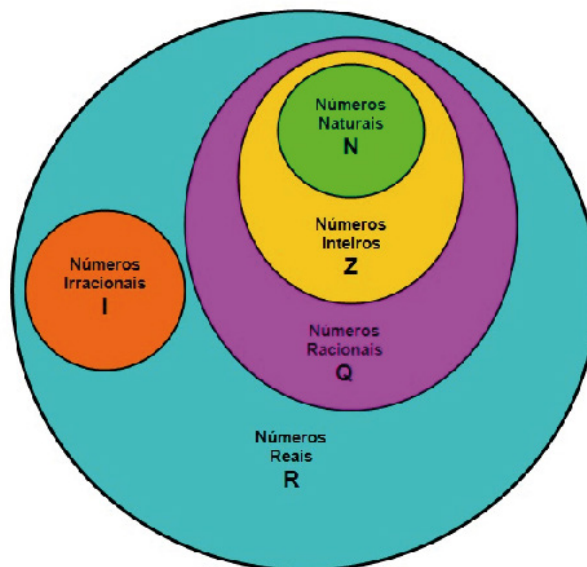
- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

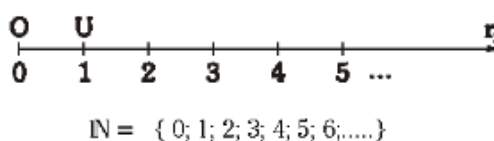
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.





PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.



– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

– Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)



O ordenamento jurídico brasileiro é o conjunto de normas e princípios que regulam a vida em sociedade no Brasil. Ele estabelece os direitos e deveres dos cidadãos, organiza os poderes do Estado, e define as regras de convivência e justiça. Para compreender os conhecimentos básicos sobre o ordenamento jurídico brasileiro, é essencial conhecer seus principais componentes e características:

1. Constituição Federal

- **Hierarquia Suprema:** A Constituição Federal de 1988 é a norma suprema do ordenamento jurídico brasileiro. Todas as outras leis e normas devem estar em conformidade com a Constituição.

- **Princípios Fundamentais:** A Constituição estabelece os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, como a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

- **Direitos e Garantias:** Ela também assegura os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, incluindo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

2. Estrutura do Poder

- **Divisão dos Poderes:** O Brasil adota o princípio da separação dos poderes, dividido em três:

- **Poder Executivo:** Responsável pela administração pública e execução das leis, é exercido pelo Presidente da República no âmbito federal, pelos governadores nos estados e pelos prefeitos nos municípios.

- **Poder Legislativo:** Responsável por elaborar leis, é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, nas esferas estaduais pelas Assembleias Legislativas e nos municípios pelas Câmaras de Vereadores.

- **Poder Judiciário:** Responsável por interpretar e aplicar as leis, assegurando o cumprimento da Constituição, é composto por diversas instâncias, desde os juízes de primeira instância até o Supremo Tribunal Federal (STF), que é o guardião da Constituição.

3. Fontes do Direito

- **Legislação:** As leis são as principais fontes do direito. Elas incluem a Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções, entre outras.

- **Jurisprudência:** As decisões dos tribunais, especialmente dos superiores, também são fontes do direito. No Brasil, a súmula vinculante do STF deve ser observada por todo o Judiciário.

- **Doutrina:** A doutrina, composta por estudos e interpretações feitas por juristas, também influencia a interpretação e a aplicação do direito.

- **Costumes:** Os usos e práticas aceitos pela sociedade também podem ser fontes de direito, especialmente em áreas onde a legislação é omissa.

4. Sistemas Jurídicos

- **Sistema Civil Law:** O Brasil adota o sistema de Civil Law, em que o direito escrito (leis codificadas) tem primazia sobre a jurisprudência.

- **Código Civil e Penal:** O Código Civil regula as relações entre particulares, enquanto o Código Penal trata das condutas consideradas crimes e das penas correspondentes.



Conhecimentos Específicos

¹O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Realizado desde 1990, o Saeb passou por uma série de aprimoramentos teórico-metodológicos ao longo das edições. Nas últimas duas edições, e também naquela que se realiza no ano de 2023, é possível verificar esse avanço com a implementação de diversas novidades, em especial as voltadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Por exemplo, a Avaliação do 2º ano do Ensino Fundamental teve a primeira edição em 2019 alinhada com a BNCC. Os resultados de 2021 foram também utilizados para definir níveis de alfabetização através do programa “Alfabetiza Brasil”.

A Avaliação de Ciências Humanas e Ciências da Natureza para o 9º ano do Ensino Fundamental foi realizada na edição de 2019 e replicada em 2021, está em consonância com a BNCC.

A Avaliação da Educação Infantil teve um projeto piloto realizado em 2019 e teve sua primeira execução em 2021 com a base de dados sendo disponibilizada publicamente. É baseada na legislação vigente e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.

Além disso, durante a edição de 2021 foram realizadas diversas alterações para garantir o distanciamento entre os estudantes e uma aplicação segura no contexto da pandemia.

Portanto, o Saeb é uma ferramenta essencial para entender a qualidade, equidade e eficiência da educação básica brasileira. Ele fornece dados valiosos que ajudam na elaboração e monitoramento das políticas educacionais do país.

Dessa forma, a avaliação da educação básica desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade do sistema educacional. Compreender esse processo é essencial para estudantes que se preparam para concursos na área de educação. Vamos explorar, de maneira detalhada, os principais aspectos da avaliação da educação básica:

1. Avaliação do Desempenho dos Alunos: é um dos principais componentes da avaliação da educação básica. Envolve a medição das habilidades e conhecimentos dos estudantes. Isso pode ser realizado por meio de testes padronizados, provas, trabalhos, apresentações e observação do desempenho em sala de aula. A avaliação pode ser formativa, ou seja, realizada durante o processo de ensino para fornecer feedback contínuo aos alunos e professores, ou somativa, quando é aplicada no final de um período de ensino para verificar se os objetivos de aprendizado foram alcançados.

2. Avaliação do Currículo: é essencial para garantir que os conteúdos e materiais educacionais estejam alinhados com os objetivos educacionais. Isso envolve a revisão constante do currículo para garantir que esteja atualizado e relevante. Além disso, a avaliação dos materiais didáticos e recursos utilizados em sala de aula é parte integrante desse processo.

¹ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>